

Lentidão José Sócrates não é o único que se queixa de estar a ser marinado pela Justiça: há mais casos que se arrastam há anos sem acusação ou arquivamento

Penas: em lume brando

Textos RUI GUSTAVO
Ilustração ALEX GOZBLAU

Dias Loureiro está a cumprir uma pena comum na Justiça portuguesa: o lume brando. Há mais de sete anos que é suspeito de provocar um rombo de dezenas de milhões de euros no Banco Português de Negócios (BPN). Há mais de sete anos que é arguido. Há mais de sete anos que espera por saber se o Ministério Público o acusa ou arquiva todas as suspeitas que em maio de 2009 o levaram a ter de sair pela porta pequena do Conselho de Estado. Já retirado da política ativa e da vida pública, não quer “dizer nada” sobre o caso em que continua envolvido, não se sabe exatamente ainda por quanto tempo.

O antigo governante era administrador no grupo BPN e está indiciado pelos crimes de fraude fiscal e gestão danosa. É suspeito da compra e venda de empresas tecnológicas-fantasma e de ligação a negócios em Porto Rico que terão causado um prejuízo de €40 milhões ao BPN, entretanto falido e alvo de uma intervenção do Estado que já custou aos contribuintes cinco mil milhões de euros, que podem subir até aos nove mil milhões. Oliveira Costa, antigo presidente do banco e ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (foi colega de Governo de Dias Loureiro), foi julgado num processo à parte e já está à espera da leitura da sentença.

Como Dias Loureiro nunca esteve preso, o prazo para o MP concluir a investigação seria de 18 meses. O prazo é suspenso sempre que se está à espera de cartas rogatórias. Mas como o entendimento dos tribunais tem sido de que os prazos são meramente indicativos, Dias Loureiro pode ser arguido até que o crime prescreva, o que no caso será de 10 ou 15 anos, conforme as interpretações.

“Para ser justa, a Justiça tinha de ter prazos de inquérito perentórios”, argumenta Francisco Proença de Carvalho, advogado de Ricardo Salgado, que é arguido nos casos ‘Monte Branco’ e BES, ambos sem acusação ou arquivamento. “O problema são os processos-chapéu em que são investigadas realidades enormes que se tornam um poço sem fundo”, acrescenta.

Um processo sem medalhas

O caso do ex-ministro, ex-governador civil de Coimbra e ex-homem poderoso do PSD não é único. Nem é o pior. Em junho de 2011, quando o caso ‘Monte Branco’ rebentou, o país inteiro ficou a saber que existia outro Zé das Medalhas, além da personagem da telenovela brasileira. Francisco Canas, dono de uma loja de câmbios na baixa de Lisboa era, alegadamente, o líder de uma rede informal de lavagem de dinheiro. O esquema era simples: o cambista recebia dinheiro de clientes com pouca vontade de pagar impostos em Portugal e, a troco de uma comissão, punha o dinheiro em contas do BPN na Suíça.

A história ganhava alguma sofisticação com a intervenção de três gestores

**DIAS LOUREIRO
DEMITIU-SE
DO CONSELHO
DE ESTADO
POR SER ARGUIDO
NO CASO BPN.
SETE ANOS
DEPOIS, NADA
ACONTECEU**

de fortunas suíços, Michel Canals, Nicolas Figueiredo e José Pinto, ex-funcionários da UBS, um dos maiores bancos do mundo. Três dos arguidos estiveram presos preventivamente durante seis meses e agora, mais de cinco anos depois das buscas e das detenções, o MP ainda não concluiu a investigação.

Canas, que foi entretanto condenado a cinco anos no caso Duarte Lima/Homeland, fechou a loja e reformou-se. “Acho que o MP não tem pressa porque o meu cliente não constitui um perigo”, defende o advogado Miguel Pedrosa Machado.

Canals, que foi detido no hotel quando se preparava para ir a um torneio de golfe organizado pela Akoya, a empresa de gestão de fortunas de que era sócio, esteve proibido de sair do país, mas já regressou à Suíça porque todas as medidas de coação se extinguíram. “A Akoya foi dissolvida e ele ficou sem trabalho”, conta o advogado Henrique Salinas. “Aguardamos o desenlace da investigação, nomeadamente desde que o meu cliente foi libertado”, acrescenta o advogado, que arrisca uma explicação para o arrastar do processo: “A situação tributária dos clientes dos arguidos está a ser analisada para que possam regularizá-la. É um processo bastante demorado, tal como aconteceu na ‘Operação Furacão.’” Para Paulo Sá e Cunha, advogado nos processos ‘Monte Branco’ e ‘Furacão’, é paradigmático: “O MP recolheu informação a mais que depois não conseguiu processar. O que falta à investigação não são polícias, mas peritos informáticos e financeiros.”

Quando não há arguidos, nem um pessoa concreta que seja o alvo da investigação, não há sequer prazos para fechar um processo. Por isso, depois de buscas que levaram a polícia à casa de ex-ministros, como Teixeira dos Santos, Mário Lino e António Mendonça, e de políticos, como Paulo Vistas ou Carlos Pina, o caso das PPP mantém-se, desde 2012, num limbo. Mário Lino, que foi ouvido “como testemunha”, admite que

já se vai “habituar ao incómodo” de ver o nome associado ao caso. “O mais normal era que já tivessem concluído alguma coisa.”

Um jurista que não quer ser identificado diz que o problema do caso ‘Monte Branco’ começou no dia em que foi intercetada uma chamada telefónica entre Carlos Santos Silva e um primo de José Sócrates. A escuta deu origem à ‘Operação Marquês’ e “os meios de investigação que estavam a ser usados no ‘Monte Branco’, nomeadamente o inspetor Paulo Silva e o procurador Rosário Teixeira, passaram a estar focados num caso muito maior, o caso Sócrates”, diz a mesma fonte. O ex-primeiro-ministro, que passou nove meses preso preventivamente, alega que todos os prazos para concluir a investigação, que começou há três e ainda não tem qualquer conclusão, já foram queimados. E tornou-se um símbolo dos suspeitos em lume brando. As coisas não mudaram assim tanto. No início do século XX, Henry Mencken, um linguista americano com jeito para frases, resumia assim o mundo judicial: “É relativamente fácil suportar a injustiça. O mais difícil é suportar a justiça.”

rgustavo@expresso.imprensa.pt
com Isabel Vicente